



O PLANETA AGRADECE

ANO IV - Nº 47
JANEIRO
FEVEREIRO
2016

Filiado à:

Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Pernambuco

Fala, Presidente
Um futuro melhor passa pela democracia

■ Pág. 02

Se ligue
Imposto sindical
Nova lei da licença paternidade

■ Pág. 05

TIM
Demissões e plano de reestruturações

■ Pág. 06



João Moraes

Campanha Salarial Teleatendimento

◀ P. 02, 04, 06 e 07



Provider Recuperação Judicial

◀ P. 03

DIGA NAO AO GOLPE

TELEOPERADOR É PROFISSÃO

#RegulamentaJá

Projeto de Lei 2673/2007

Teleatendimento Mais um passo foi dado

◀ P. 07



FALA, PRESIDENTE



O ano começou quente e promete, infelizmente, continuar assim por muitos meses. Na política e na economia, a situação já extrapolou os limites do bom senso e as tentativas de golpe têm paralisado o país.

Todo dia a imprensa, declaradamente golpista (a Rede Globo, principalmente) prega o caos. Tudo é ruim e nada presta. Este é o mantra dos meios de comunicação. Repetido toda hora. Todo santo dia. Mas, vamos pensar bem, isto é mesmo verdade?

Estamos mesmo vivendo o pior momento do país? Claro que não! É só uma grande armação para encobrir interesses escusos, descredenciar um governo legitimamente eleito e levá-lo ao fim antes das próximas eleições, configurando

um violento atentado à democracia.

A economia brasileira já passou por situações muito piores que esta e superou as dificuldades. Já tivemos inflação de 84% ao mês durante o governo Sarney. Já tivemos o índice de desemprego de 20% com o desgoverno FHC (isto para não falar da privatização das telecomunicações – a maior bandalheira da história do Brasil).

Apesar de todos os problemas, estamos de cabeça erguida e confiantes que vamos superar mais esta crise, até porque ela é mais política que econômica!

Democracia é boa e eu gosto.

Marcelo Beltrão



Acordo da Contax é aprovado com votação recorde

Com uma participação bastante expressiva, os trabalhadores da Contax decidiram pela aprovação do acordo coletivo e aceitação da última proposta negociada. A votação se deu pelo voto secreto nas urnas, que foram colocadas pelo sindicato nos três sites da empresa para garantir que todos opinassem.

Depois de muita cobrança e mobilizações realizadas pelo sindicato, os representantes da Contax fizeram as contas e alegaram que não poderiam reajustar os salários e os benefícios de uma única vez. Sua proposta era definitiva, ou seja, não avançariam mais. Com isso, a deci-

são ficou nas mãos dos trabalhadores que compareceram em grande número aos locais de votação e nas assembleias.

A votação bateu o recorde de todas as assembleias já realizadas pelo Sinttel, contando com a participação de 7.720 trabalhadores. Ao todo, foram 6.555 votos favoráveis, o que é equivalente a 84% do total de votos. 1.055 trabalhadores foram contrários à proposta (o que corresponde a 16% do total de votos); 8 votos em brancos e 2 nulos. Assim, por vontade da imensa maioria, o acordo foi aprovado. Veja mais detalhes da proposta ao lado.

Itens negociados e aprovados:

Piso salarial de R\$ 880 a partir de abril e um abono de R\$ 280,00 em fevereiro;

Quem recebe acima do piso terá um reajuste de 6% em abril e 5,28% em novembro; (total de 11,28%) e mais um abono de 18% do salário em março;

PLR R\$ 190,00 em abril – com os seguintes critérios: estar ativo no dia da assembleia e a medição do absenteísmo de 22 de fevereiro/2016 a 31 de março de 2016; das faltas: 0(zero) faltas recebe 100% do PPR, 1(uma) falta 50% do PPR, 2(duas) faltas 20% do PPR e 3(três) faltas 0% do PPR, exceto licença maternidade e afastamento por doença ocupacional (B91);

VA e VR e auxílio creche: 6% em abril e 5,28% em novembro (total de 11,28%).

EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Pernambuco, filiado à CUT e à FENATTEL.

Rua Afonso Pena, 333
Boa Vista, Recife PE
CEP: 50.050-130
Fone:3320.8666/ Fax:3320.8665
www.sinttel-pe.org.br
sinttel-pe@uol.com.br

Tiragem: 15 mil exemplares
Gráfica Alencar
Jornalista Responsável:
Priscilla Melo (DRT 4347)

Marcelo Beltrão
Presidente
Diretoria de Comunicação
Lamartine Vasconcelos
Pedro Henrique Reinaux

Sub-sede Caruaru
Av. Frei Caneca, 152 - Sala 03
Nossa Senhora das Dores
Caruaru/PE

Claro-Embratel: entre as operadoras, acordo foi o último a ser aprovado



Em assembleia realizada no dia 1º de fevereiro, no prédio-sede da Embratel-Claro, os trabalhadores aprovaram - por 115 votos a 30 - a proposta apresentada para renovação do Acordo Coletivo de Trabalho 2016/2017. Vale lembrar que, anteriormente, os termos oferecidos pela Claro haviam sido recusados em assembleia realizada em dezembro do ano passado.

O sindicato considerou a proposta como ruim, pois as mudanças eram mínimas e não houve alteração nas cláusulas econômicas com relação a proposta anterior. Apenas foram antecipados os pagamentos do PPR 2015 e da primeira parcela do 13º salário. Como as assembleias são soberanas, prevaleceu o desejo dos empregados de, desta vez, aceitar o Acordo Coletivo. Até porque o restan-

te do país já havia aprovado o acordo.

Entre os itens aprovados, está o reajuste salarial de 6,5% retroativo à data-base de 1º de setembro mais 1,41% a partir de janeiro de 2016, além de um abono salarial de 18%. Foram excluídos deste reajuste os gerentes e diretores. A empresa ainda fez a proposta de mudança no target do PPR de 2,2 para 2,4 salários, podendo chegar a 3,6.

Provider: em assembleia, credores concordam com plano de recuperação judicial

A votação dos credores para a proposta da recuperação judicial da empresa Provider aconteceu, em primeira assembleia, no dia 29 de fevereiro. O fato ocorreu devido a um procedimento legal que a empresa sofria. Neste dia, não houve quantidade mínima de representantes dos credores (aqueles que estão sem pagamento da empresa – credores são as pessoas para quem a empresa deve). Uma segunda assembleia foi realizada no dia 07 de março a fim de se ter o número mínimo de credores para que houvesse a votação.

O que é a recuperação judicial?

A recuperação judicial é uma medida legal destinada a evitar a falência, proporcionando ao empresário devedor

a possibilidade de apresentar aos seus credores formas para quitação do débito; ou seja: é um mecanismo para que a empresa não feche as portas devido às dívidas e encontre uma solução de pagamento sem ter que declarar falência e demitir funcionários.

Na segunda assembleia, os credores aprovaram a decisão de permitir que a empresa coloque em prática o plano de recuperação judicial, com o intuito de evitar a falência. A votação não contou com a participação dos credores bancários.

A votação se deu sobre a possibilidade de o credor bancário votar depois, o que foi aprovado pelos presentes, que ocorrerá no dia 31 de março. Em seguida, votaram sobre a recuperação judicial os credores, dentre eles os

trabalhistas, representados por trabalhadores, advogados e o sindicato; estes votaram a favor da recuperação judicial da Provider, entendendo que seria a única solução ou tentativa de manutenção da empresa. Isso porque o objetivo do sindicato é a manutenção dos empregos ainda existentes na Provider, bem como assegurar a possibilidade de pessoas para quem empresa deve de receber seus valores. Caso a empresa declare a falência, é provável que os credores fiquem a ver navios, pois não haveria meios de captar dinheiro para pagamento; por isso a recuperação judicial visa impedir a falência na tentativa de que a empresa venha a quitar seus débitos e ninguém saia prejudicado. A homologação da recuperação judicial só será definida após voto do credor bancário.

Trabalhadores da CSU decidem pela aprovação do acordo

DISCUSSÃO: Em assembleias, trabalhadores decidiram pelo sim



As negociações com a CSU começaram no início de dezembro do ano passado e só terminaram após a apreciação do acordo pelos trabalhadores em assembleia realizada no último dia 02 de março.

Em assembleias, 96% dos participantes aprovaram a proposta de renovação de Acordo Coletivo de Trabalho. Os destaques do acordo foram os reajustes salariais de 11,67% para o pessoal do Back Office e de 7% para quem recebe

acima do piso, além da criação da campanha para novas adesões ao plano de saúde e da garantia de não trocar o horário do trabalhador estudante. Isso sem falar no reajuste de 11,28% nos tickets e no auxílio creche que aumentou de 3 anos para 3 anos e 6 meses.

O sindicato acredita que conseguiu avanços em relação aos diversos pontos, principalmente, nos tickets dos trabalhadores de 7h12min que passarão a receber R\$ 8,70, sendo o melhor reajuste da negociação. Também foi garantido o pagamento retroativo do ticket, do salário e do auxílio creche.

CARNAVAL

Ligados na Folia ano 10: exagero só de alegria

Em mais um ano o Ligados na Folia animou os trabalhadores em telecom antes da folia de Momo, e tem sido assim nos 10 últimos anos. O sindicato, pensando em promover um momento de descontração para a categoria que possui uma das rotinas mais estressante criou o Ligados na Folia. O Clube Internacional do Recife é o palco desta diversão e a cada ano que passa a festa só aumenta, em tamanho e diversão.

Em 2016, não podia ser diferente e quem teve fôlego para dançar até o final, só voltou para casa depois que o dia clareou, e já era manhã do domingo. Entre as atrações, Faringes da Paixão, Orquestra Universal, 100% Camará e DJ Davi animaram o público; mas, para nós, do Sinttel, a grande atração é sempre você, trabalhador. O Carnaval deixou saudade e ano que vem tem mais.



DIREITO

O que é o Imposto Sindical

Todo mês de março, muitos trabalhadores são surpreendidos com o Imposto Sindical. Um desconto obrigatório. Por isso, é importante que o trabalhador saiba o que é o imposto.

A contribuição sindical foi criada em 1940 para fortalecer o movimento sindical e está prevista nos artigos 578 a 591 da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT). Também conhecido como Imposto Sindical, ele é pago pelo trabalhador todo mês de março e corresponde a remuneração de um dia normal de trabalho. Os recursos da contribuição sindical são distribuídos em percentuais variáveis: sindicatos 60%, federações 15%, confederações 5% e centrais sindicais 10%.

Além disso, 10% vai para uma conta especial que custeia os programas de seguro desemprego, abono salarial, financiamento de ações para o desenvolvimento econômico e geração de emprego e renda. Agora atenção! Contribuição sindical não é a mesma coisa de filiação. Só é filiado ao sindicato aquele trabalhador que recolhe mensalmente 1% do seu salário.

Entenda a nova Lei de licença-paternidade

A partir da nova lei de licença-paternidade, os funcionários de empresas privadas cadastradas no Programa Empresa Cidadã terão direito a mais 15 dias para acompanhar as primeiras semanas do bebê. A prorrogação também é válida para pais de filhos adotivos.

O texto explicita que o empregado terá direito à remuneração integral durante o período. Mas vale reforçar que a nova regra se aplica somente às empresas cadastradas no programa, pois ele permite que elas possam deduzir dos impostos federais o total da remuneração do funcionário nos 15 dias extras da licença-paternidade.

O pedido de adesão pode ser feito pela página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB). Através do site da Receita, a pessoa jurídica deverá solicitar o Requerimento de Adesão, formulado em nome do estabelecimento matriz. O acesso pode ser feito por código de acesso, a ser obtido no site, ou por certificado digital válido.

SAÚDE

Funcionários podem adoecer por terem chefe ruim

Pesquisadores da Harvard Business School e da Universidade de Stanford (EUA) concluíram, em dados colhidos através de cerca de 200 estudos, que ter um mau chefe faz tão mal à saúde quanto o cigarro; a pesquisa demonstrou que estes trabalhadores têm a saúde mais afetada do que os chamados fumantes passivos (aqueles que ficam expostos à fumaça de outros).

Entre as causas do estresse e do medo, destaca-se o receio em ser demitido; esse temor aumenta em até 50% os riscos com a saúde. Também têm aumentados os riscos em 35% aqueles que desempenham função além do que pode aguentar ou oferecer o empregado.



Soluções

Indica-se que, primeiramente, o empregado verifique se o temor ou o estresse é causado por mera falta de afinidade com seu chefe. Se este é seu caso, a ideia é saber separar o trabalho das relações pessoais. Todavia, em muitos casos o problema vai mais além, quando o chefe é realmente despreparado para comandar ou dar ordens.

Maus chefes costumam ser agressivos, narcisistas (enaltecem constantemente a si próprios ou valorizam mais a si e ao que fazem do que aos outros); em alguns casos, o chefe chega a ser violento. Dizem frases que não incentivam os funcionários ou mesmo depreciam seus trabalhos. Para eles, as coisas só vão para frente se estiverem por perto ou forem feitas à sua maneira. O emprego, muitas vezes, é usado como chantagem contra o empregado.

Algumas dicas de sobrevivência:

- 1 Elabore uma lista de tarefas e objetivos para o seu dia no trabalho. Cada vez que completar algum item da lista, risque-o. A ideia é mostrar a si próprio que, embora seu chefe não perceba a realização de suas tarefas, você próprio é a sua força motivadora.
- 2 Nos finais de semana, esqueça o trabalho, não verificando e-mails ou mensagens de texto – é sua hora de descanso e lazer. O que é para ser feito no trabalho deve ser feito em seus dias e horários corretos.

Primeiro Acordo Coletivo com a TIVIT é aprovado



A TIVIT iniciou suas atividades em Pernambuco a pouco menos de um ano e já conta com quase 4 mil trabalhadores. As negociações para o primeiro acordo coletivo começaram este ano e avançou na medida em que outras empresa do setor foram fechando seus acordos.

Apesar de ser uma empresa

nova, a TIVIT chegou com a mesma conversa das outras empresas de teleatendimento para não oferecer reajustes decentes e a diretoria do sindicato teve que usar argumentos para o acordo não ficar abaixo das demais. Somente após três rodadas de negociação, foi apresentada uma proposta que pôde ser levada para os trabalhadores decidirem.

Ao todo, a diretoria do sindicato realizou duas assembleias e os trabalhadores puderam votar de forma secreta. A votação aconteceu durante um dia inteiro e a proposta teve 84% dos votos a favor, 15% dos votos contra e um voto em branco. Confira abaixo os itens aprovados do primeiro Acordo Coletivo de Trabalho:

1. Piso de R\$ 880 em abril;
2. Abono compensatório de R\$ 280 como indenização relativo a janeiro, fevereiro e março com pagamento em 40% no dia 15/03 e 60% no dia 31/03;
3. Todos os benefícios (6% abril + 5,28% em novembro) todos os cargos;
4. Salário fora piso (6% abril + 5,28% novembro) + abono 18% do salário, com mínimo de R\$ 280,00 como indenização relativo à janeiro, fevereiro e março com pagamento em 40% no dia 15/03 e 60% no dia 31/03.

SERVICOB: acordo é aprovado por unanimidade

A SERVICOB é uma empresa de teleatendimento que presta serviço de cobrança para a Caixa Econômica e Banco do Brasil e conta com duas sedes, uma na capital e uma filial na cidade de Bonito. A empresa atua há 17 anos no estado e conta com 150 trabalhadores.

No dia 02 de março, o sindicato convocou os trabalhadores da SERVICOB para participarem de uma assembleia para deliberar sobre a proposta de renovação de Acordo Coletivo de Trabalho 2016. A proposta foi aprovada por unanimidade.

DECISÃO: Acordo foi discutido e coube aos trabalhadores a aprovação



Entre os itens aprovados, estão salários reajustados para R\$ 880,00. A recarga mensal do VA/VR para o pessoal do atendimento será de R\$ 110,00 e

de R\$ 17,85 mensal para os que são do setor administrativo. Os trabalhadores ainda terão uma folga do trabalho no dia do seu aniversário e sem descontos.

Datamétrica tem acordo aprovado pelos trabalhadores

Em assembleias realizadas no último dia 08 de março, nos prédios de Olinda e Jaboatão, os trabalhadores da Datamétrica aprovaram por ampla maioria os itens para renovação do Acordo Coletivo 2016. Dos participantes, 97% votaram sim, 2% não e 1% dos trabalhadores se absteve. As assembleias foram realizadas simultaneamente pela diretoria do sindicato.

Com o acordo aprovado, os que recebem acima do piso terão 7% de reajuste, o VA/VR terão reajuste 11,70% (para quem trabalha 6h) / 11,34% (para quem trabalha 8h). O auxílio creche passa de R\$ 70 para R\$ 80 e a idade continua de 2 anos. Vale destacar ainda a inclusão da cláusula para viabilidade de horário no caso dos estudantes e das mães

ASSEMBLEIAS: Vontade da maioria prevaleceu e proposta foi aprovada



com filhos em idade escolar.

Após algumas reuniões com trabalhadores da monitoria, o sindicato cobrou da empresa o reconhecimento salarial, afinal são eles quem fazem as avaliações dos atendimentos, aplicam o feedback, entre outras atribuições diferentes

dos demais teleoperadores. O destaque desta negociação ficou para os monitores que irão ter ganho real de 5%, isto é, reajuste acima do piso (passa de R\$ 880 para R\$ 924) com valores retroativos de janeiro até março e serão pagos no dia 15 de abril.

Regulamentação do teleatendimento mais um passo foi dado e o projeto segue agora para o Senado

No final do ano passado, o Projeto de Lei nº 2673/07 que trata da regulamentação da profissão de teleatendimento foi votado e aprovado na Câmara dos Deputados. Em seguida, deveria ter seguido para a apreciação do Senado Federal, porém, o deputado Francisco Francischini (SD-PR), incentivado pelos empresários do setor, entrou com um pedido de vista, fazendo o projeto voltar novamente para a Câmara.

Os representantes dos sindicatos filiados à Fenattel compareceram à Câmara com a finalidade de pressionar o deputado Francisco Francischini, já que regulamentar a profissão será uma enorme conquista para a categoria. Após muita pressão, o Plenário da Câmara rejeitou - no último dia 03 de março - o recurso do deputado do

Partido da Solidariedade. A proposta segue para o Senado agora.

O que é o Projeto de Lei nº 2673/07

A proposta define jornada de trabalho contínuo limitada a 6 horas diárias e a 36 horas semanais. No caso de trabalho em tempo parcial, o limite da jornada será de 4 horas diárias e 24 horas semanais. O texto também exige que, a cada período de 50 minutos, o trabalhador de teleatendimento tenha um intervalo de 10 minutos para descanso. Alguns desses intervalos deverão ocorrer fora do posto de trabalho. Fica proibida, ainda, a prorrogação da jornada de trabalho, exceto em casos de força maior, necessidade imperiosa ou conclusão de serviços inadiáveis.

Como se trata de assunto de competência da Câmara Federal, a proposta foi encaminhada aos deputados federais Jorge Bittar e Luiz Sérgio ambos do PT e, assim, se transformou no PL nº 2673/2007. Embora o projeto não aborde todas as questões que afligem os teleatendentes, uma vez aprovada, a lei vai regulamentar imediatamente a remuneração e a jornada de trabalho, além de abrir precedente para novas conquistas.

Para o deputado Luiz Sérgio (PT-RJ) lembrou que as normas previstas no projeto foram negociadas em reunião tripartite entre sindicatos representantes dos trabalhadores, empregadores e Ministério do Trabalho. A rejeição do recurso, segundo ele, permite que a proposta possa tramitar e ser convertida em lei.

